

Herança difícilima

Antônio Dias Leite *

O novo governo estará, desde logo, diante de difícilima situação do país — em todos os domínios. Esse governo poderá assumir ou não a atitude imediata e enérgica que a situação requer.

Se assumir, há de propor, justificar, e defender, perante a sociedade e no Congresso, e, finalmente, pôr em prática um plano econômico interno de curto prazo com prioridade absoluta para o combate frontal, e de uma vez por todas, às causas originais da inflação, sem subterfúgios e complacências, e necessariamente fundado em repartição eticamente justificável dos sacrifícios. A essa hipótese de ação corresponde um dos destinos possíveis do país: o da retomada subsequente do processo de desenvolvimento econômico.

Se, ao contrário, não assumir a atitude necessária, se não agir de forma rapidíssima, e ficar contemporizando, ainda que parcialmente, com incentivos, subsídios, cartórios, reservas de mercado, irrealismo tarifário, preservação da dívida interna e da respectiva "ciranda financeira", e outros obstáculos, outro será o destino provável do país: declínio irremediável e progressivo da economia nacional, que não exclui a hipótese, também possível, de um colapso da estrutura econômica e social.

Trata-se, evidentemente, de opção essencialmente política do novo governo. A sua exequibilidade dependerá da atitude dominante no Congresso Nacional e da reação das lideranças tanto empresariais como trabalhistas.

O processo, do qual dependerá talvez o futuro do país neste final de século, requer portanto que o governo, que elegeremos a 15 de novembro, opte pelo desenvolvimento. Infelizmente, por motivos eleitorais compreensíveis, os programas apresentados nos discursos dos candidatos tendem a ser genéricos e a conter promessas inexecutáveis. Os verdadeiros objetivos programáticos dos candidatos podem ainda não estar definidos, mesmo que já venham sendo elaborados. De qualquer forma, só serão conhecidos depois da proclamação dos resultados eleitorais e/ou por ocasião do anúncio do ministério. Ao escolher um presidente, ainda estaremos correndo o risco, portanto, de optar pelo programa equivocado.

Na hipótese otimista, quanto ao programa, ainda teremos o risco de reação negativa do Congresso Nacional que tem significativa representação de pessoas que colocam o respectivo interesse eleitoral ou material acima do bem comum. Acaba-se, aliás, de assistir à impressionante demonstração de irresponsabilidade com a aprovação por este grupo da medida extemporânea e, de fato, vinculada à opção pelo desastre, que restabelecia o crédito fortemente subsidiado, a favor de empresas do Nordeste e do Norte.

Na mesma hipótese otimista, terá efeito positivo e até decisivo um pacto social que envolva as lideranças empresariais e trabalhistas, desde que aprovado por significativa maioria, sem subterfúgios de qualquer das partes. Tal pacto tornará possível o exercício de eficaz pressão sobre o Congresso, no sentido de fortalecer e ampliar o grupo dos representantes que ali defendem uma reforma racional, modernizante e realista da estrutura econômica do país. No caso contrário, da divisão dos diversos setores empresariais e trabalhistas em torno de privilégios ou vantagens particulares e imediatistas que detenham ou que desejem conquistar, não se pode ser otimista sobre os resultados da discussão do plano de governo, por melhor que seja, no Congresso.

Parece-me extremamente perigoso que, na busca de soluções politicamente palatáveis, haja quem ainda se incline a admitir que o Brasil possa sair do impasse econômico e social em que nos encontramos sem sacrifícios e sem quebra de estruturas arcaicas. Infelizmente, a fórmula gradualista já não é viável. Ou adotamos a reforma modernizante que nos conduza à retomada do desenvolvimento, desta vez associada desde logo à melhoria na distribuição da renda, ou dela fugimos, nesta oportunidade histórica, para prosseguir inexoravelmente na decadência econômica e social.

* Economista, professor emérito da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ